

Burocracia trava investigação na Europa

Despesas burocráticas e administrativas retiram 25% à ciência e à investigação. Parlamento Europeu quer simplificação das regras

Cerca de um quarto dos €50 mil milhões destinados pela União Europeia ao financiamento da investigação científica, entre 2007 e 2013, é gasto em despesas administrativas e burocráticas.

"Estamos a retirar 25% de financiamento à ciência e à investigação", diz a eurodeputada Graça Carvalho, para quem o "razoável" seria que este tipo de despesas rondasse apenas 10%.

São despesas indispensáveis à concretização dos projetos que se candidatam ao financiamento no âmbito dos Programas-Quadro de Investigação da União Europeia (UE), mas cujo montante podia e devia ser substancialmente reduzido.

A ex-ministra da Ciência e do Ensino Superior é a autora de um relatório aprovado recentemente pelo Parlamento Europeu sobre a 'simplificação da execução' destes programas, no qual defende que estes são "extremamente complexos, com muitas regras e uma burocracia muito grande", acabando por se transformar em "barreiras à investigação científica". O que faz com que, além de não se aproveitar todo o financiamento disponível, os países periféricos e as instituições de menor dimensão "sejam os principais prejudicados". E afirma que a atual complexidade acaba mesmo por ser discriminatória e prejudicial em relação aos objetivos a que o programa-quadro se propõe: "Temos um programa não para os excelentes do ponto de vista da ciência e inovação mas para quem encontrou um sistema para fazer propostas ou contrata especialistas para o fazer".

O documento aprovado em Bruxelas resultou de um longo processo de auscultação que envolveu universidades e empresas de toda a Europa, durante o qual a deputada do PSD constatou que "muitas entidades desistiram de apresentar propostas", devido à complexidade de procedimentos. A conclusão foi, por isso, a de que é preciso "simplificar, simplificar, simplificar".

Uma simplificação que passa pela existência de "confiança" entre quem financia e quem recebe, assente em "controles esporádicos", que permitam "dirigir a concentração para o controlo dos resultados e aligeirar substancialmente as regras administrativas e financeiras".

E antecipando as críticas de que esta simplificação pode encorajar a fraude, o desperdício e a má utilização de dinheiros públicos, Graça Carvalho defende que o seu efeito será precisamente o contrário: "Quanto mais simples e mais transparente for o procedimento, mais fácil é detetar fraudes, enquanto a existência de muitas regras pode esconder mais facilmente atitudes fraudulentas".

O 7º Programa-Quadro de Investigação, que termina em 2013, conta com um orçamento anual médio de €7217 milhões. Com o quadro financeiro da União para o período de 2014 a 2020 em discussão, Graça Carvalho espera que as suas propostas possam começar a ser acolhidas desde já.

DANIEL DO ROSÁRIO

correspondente em Bruxelas
economia@expresso.imprensa.pt